

Governo vai montar metodologia para avaliar risco de créditos a receber

GAZETA MERCANTIL

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O governo brasileiro está montando uma metodologia para definir os critérios que passarão a orientar o nível de risco dos países dos quais tem crédito a receber. Serão considerados indicadores econômicos e sociais, os aspectos bilaterais nas relações dos devedores com o Brasil e, ainda, o risco político.

"Estamos fechando a metodologia, procurando estabelecer parâmetros os menos subjetivos possíveis, para que o esboço seja negociado dentro do Comace (Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior)", indicou a este jornal, na sexta-feira, fonte credenciada da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), à qual o comitê está vinculado.

Do total de US\$ 7,2 bilhões de créditos junto a governos devedores, 89,9% (equivalente a US\$ 6,472 bilhões) foram negociados e são considerados em "situação normal" pela Seplan. Em sua maioria, representam créditos ligados ao financiamento de exportação. Agora, o Brasil quer iniciar negociações para regularizar os pagamentos dos créditos junto ao setor privado de outros países, cujo total está estimado em US\$ 900 milhões. Não há, a rigor, idéia nítida do tipo de operação envolvida nestes créditos com o setor privado de outros países. Sabe-se que há algumas operações de financiamento a exportação de navios. O Banco do Brasil precisará in-

vestigar caso a caso para levantar todos os dados, conhecer a situação de cada um, para então o governo decidir as alternativas para a recuperação daqueles créditos.

Com o setor público, as negociações se desenvolvem desde julho de 1991 e o Comace conseguiu ou refinar ou resolver as pendências através de "swaps" nos quais o devedor paga o Banco Central (BC) com títulos representativos da dívida externa brasileira adquirida no exterior com deságio. Polônia, Angola, Moçambique, Peru, Equador, Argentina e Uruguai são os maiores devedores — responsáveis por compromissos no valor de US\$ 6,127 bilhões — e já renegociariam suas dívidas. Havia no primeiro trimestre do ano uma pendência com Angola, cuja dívida está estimada em torno de US\$ 900 milhões, porque problemas de ordem interna interromperam o enten-

dimento pelo qual os pagamentos seriam feitos com fornecimento de petróleo ao Brasil. Em abril, os angolanos reafirmaram as bases do acordo e retomaram os pagamentos.

NEGOCIAÇÕES FECHADAS

As negociações com a Jordânia estão praticamente fechadas, com o Egito já foi concluída a primeira etapa do acordo que envolveu pagamento de dívida com operação de "swap", e com a Costa do Marfim já há o rascunho de um memorando. Outros devedores acertaram suas dívidas no passado e são considerados em situação regularizada: Paraguai (passou por operação de mercado), Bolívia, Guiana, Costa Rica, Honduras, República Dominicana, Mauritânia e Zâmbia.

Há, no entanto, países devedores que estão inadimplentes e que não mostram perspectiva de solução no curto prazo. São governos que tentam refinanciar

seus débitos junto ao fórum do Clube de Paris, mas que dependem, para isso, de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esses devedores são países africanos: Congo, Tanzânia, Gabão, Gana e Sudão.

SITUAÇÃO IRREGULAR

Não poderá haver concessão de financiamento a exportação de bens ou de serviços para países que estão em débito com o Brasil e cuja situação é irregular de acordo com a decisão tomada na última reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN). Essa é uma regra que vinha sendo seguida pelo Comace como orientação da antiga Comissão de Financiamento às Exportações (CFE), mas sem caráter mandatório. Com a resolução do CMN, a regra passa a ser obrigatória para os financiamentos dentro do Proex. Não se sabe, no entanto, como funcionará o fórum a ser criado para avaliar os pedidos de financiamento a exportação. A portaria do ministro da Fazenda, que recria a CFE em novas bases ainda não saiu e este jornal apurou que há uma discussão dentro do governo sobre a conveniência ou não de a juntar o Comace, responsável pela avaliação dos devedores, à comissão que substituirá CFE.

No momento, quatro países devedores estão em processo de entenfimento com o Brasil para um acordo bilateral — Suriname, Nicarágua, Cuba e Nigéria — e, em estágios mais atrasados, procura-se iniciar conversações com os governos da Guiné-Bissau e do Senegal.